



Brazilian Finance & Real Estate S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária

27 de abril de 2018



BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF: 02.762.113/0001-60

NIRE: 35.300.341.813

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") da Brazilian Finance & Real State S.A. ("BFRE" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 27 de abril de 2018.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, nos termos do item 10 (dez) do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481/09 encontra-se disponível no Anexo II a esta Proposta.



ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A BFRE é uma *holding* não financeira que tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte da acionista Pan Holding, no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela própria acionista. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento desse exercício, impactando os índices de endividamento total e parcial, conforme demonstrado no item b., abaixo.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da Pan Holding, com versão de parcelas cindidas ao Banco PAN S.A. ("Banco Pan"), Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS"), BMSR II e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. ("BMSC"). Com isso, a Companhia, que não recebeu versão de parcela cindida da Pan Holding, passou a ser controlada diretamente pelo Banco PAN S.A., que atualmente detém 100,0% de seu capital social.

A gestão do caixa e dos investimentos da Companhia é feita de forma centralizada pela tesouraria do Banco PAN.

b. estrutura de capital

Considerando o Conglomerado PAN no qual está inserida, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

R\$ mil	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017
Capital de Terceiros (Total)	10.049	0	0
Capital de Terceiros (Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos)	0	0	0
Patrimônio Líquido	143.383	151.923	160.422



Nível de Endividamento Total (NET)	0,07	0	0
Nível de Endividamento Parcial (NEP)	0	0	0

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido.

NEP – Soma de Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, a gestão de caixa e investimentos da BFRE é feita de forma centralizada pela tesouraria do Banco PAN, responsável também pelo controle dos recursos disponíveis para pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

O Banco PAN, por sua vez, tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de *stress* de mercado. Para suportar essa política de liquidez, o Banco PAN conta com o suporte de seus acionistas controladores, Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Caixa Participações S.A. ("Caixapar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("Caixa"), com os quais mantém acordos operacionais robustos de longo prazo. Atualmente, a Companhia não possui compromissos financeiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em função da situação atual da BFRE, não são necessários financiamentos .

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função da situação atual da BFRE, não são necessários financiamentos .

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes



ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

i.v. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	Dez/17	Dez/16	Dez/15	Δ Dez17/ Dez16	Δ Dez17/ Dez15
Caixa e equivalentes de caixa	14	6	26	133,3%	-46,2%
Ativos financeiros disponíveis para venda	58.659	49.245	61.784	19,1%	-5,1%
Empréstimos e recebíveis	82.273	80.487	49.657	2,2%	65,7%
Impostos	24.588	33.696	41.247	-27,0%	-40,4%
Outros ativos	2.496	1.003	702	148,9%	255,6%
Total	168.030	164.437	153.416	2,2%	9,5%

Caixa e equivalentes de caixa

Se referem a depósitos bancários. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos totalizaram R\$ 14 mil, o que representou um aumento de 133,3% se comparado com o mesmo exercício de 2016 e uma redução de 46,2% se comparado com 2015.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2017, esses instrumentos totalizaram R\$ 58.659



mil, o que representou um aumento de 19,1% se comparado com o exercício de 2016 e uma redução de 5,1% se comparado com 2015.

Empréstimos e recebíveis

Se referem a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2017, esses ativos totalizaram R\$ 82.273 mil, o que representou um aumento de 2,2% se comparado com o exercício de 2016 e um aumento de 65,7% se comparado com 2015.

Impostos

Se referem a créditos tributários, no montante de R\$ 11.796 mil, e, impostos correntes, de R\$ 12.792 mil. Esse montante representou uma redução de 27,0% se comparado com o exercício de 2016 e uma redução de 40,4% se comparado com 2015.

Outros ativos

Se referem a valores a receber, no montante de R\$ 2.496 mil, o que representou um aumento de 148,9% se comparado com o exercício de 2016 e um aumento de 255,6% se comparado com 2015.

Passivo circulante e exigível a longo prazo	Dez/17	Dez/16	Dez/15	Δ Dez17/ Dez16	Δ Dez17/ Dez15
Provisões	1.014	1.587	-	-36,1%	100,0%
Passivos fiscais	1.900	6.769	6.181	-71,9%	-69,3%
Outros passivos	4.694	4.158	3.852	12,9%	21,9%
Patrimônio líquido	160.422	151.923	143.383	5,6%	11,9%
Total	168.030	164.437	153.416	2,2%	9,5%

Provisões

Se referem a contingências trabalhistas e foram constituídas em 2017 no montante de R\$ 1.014 mil, o que representou uma redução de 36,1% se comparado como exercício de 2016.

Passivos fiscais

Se referem a impostos a pagar, no montante de R\$ 1.900 mil, o que representou uma redução de 71,9% se comparado com o exercício de 2016 e uma redução de 69,3% se comparado com 2015.



Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2017, totalizou R\$ 160.422 mil, o que representou um aumento de 5,6% e 11,9% em relação aos exercícios de 2016 e 2015 respectivamente em função dos resultados alcançados.

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o exercício social de 2016 e o exercício social de 2017

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para os períodos apresentados:

Em R\$ Mil	2016	AV	2017	AV	AH
Receita Financeira	17.801	100,0%	14.396	100,0%	-
Receita Financeira	17.801	100,0%	14.396	100,0%	-
Despesas Gerais e Administrativas	-554	-3,1%	4.722	32,8%	952,3
Outras despesas Administrativas	-608	-3,4%	-1.353	-9,4%	-122,5%
Despesas de Impostos	-1.060	-6,0%	-1.335	-9,3%	-25,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.114	6,3%	7.410	51,5%	565,2%
Lucro Bruto	17.247	96,9%	19.118	132,8%	10,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-5.769	-32,4%	-6.500	-45,2%	-12,7%
Lucro Líquido	11.478	64,5%	12.618	87,6%	12,8%

Exercício 2017

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2017 foi uma receita de R\$ 14,4 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.

Outras despesas Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício findo de 2017 foram de R\$ 1,4 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria, publicação de demonstrações financeiras e cobrança.



Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício findo em 2017 foram de R\$ 1,3 milhão, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, atualização monetária sobre ativos fiscais e recuperação de créditos no montante de R\$ 7,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 6,5 milhões.

Comparação entre o exercício social de 2015 e o exercício social de 2016

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para os períodos apresentados:

Em R\$ Mil	2015	AV	2016	AV	AH
Receita Financeira	15.962	100,0%	17.801	100,0%	-
Receita Financeira	15.962	100,0%	17.801	100,0%	-
Despesas Gerais e Administrativas	-785	-4,9%	-554	-3,1%	29,4
Outras despesas Administrativas	-557	-3,5%	-608	-3,4%	-9,2%
Despesas de Impostos	-1.306	-8,2%	-1.060	-6,0%	18,8%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.078	6,75%	1.114	6,3%	3,3%
Lucro Bruto	15.177	95,1%	17.247	96,9%	13,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-5.120	-32,1%	-5.769	-32,4%	12,7%
Lucro Líquido	10.057	63,0%	11.478	64,5%	14,1%

Exercício 2016

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2016 foi uma receita de R\$ 17,8 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.



Outras despesas Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício findo de 2016 foram de R\$ 0,6 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria e publicação de demonstrações financeiras.

Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício findo em 2016 foram de R\$ 1,1 milhão, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, e, atualização monetária sobre ativos fiscais, no montante de R\$ 1,1 milhão.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 5,8 milhões.

10.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme mencionado no item 10.1, a Companhia é atualmente uma *holding* não financeira, sem atividade operacional e, portanto, seus resultados advêm basicamente de aplicações financeiras, cujas receitas variam de acordo com a natureza das aplicações efetuadas pela Companhia. Tais aplicações são realizadas de forma



conservadora. Em 2017, a Companhia apurou receitas, também, pela recuperação de créditos adquiridos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A BFRE não possui qualquer produto impactado por variação do câmbio.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação acionária.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não apresentou qualquer evento ou operação não usual nos três últimos exercícios sociais.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, alterada pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei 6.404/76. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").



Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e as Interpretações do Comitê de Interpretações de Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC"), bem como com os pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A descrição detalhada das práticas contábeis e critérios de avaliação utilizados pela Companhia para a elaboração das referidas demonstrações financeiras está apresentada em Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Nota 3 – Principais Práticas e Estimativas Contábeis).

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no período de 2010 a 2017 já foram elaboradas de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

De acordo com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos



não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

i) Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, é mensurado mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".

ii) Constituição de créditos tributários:

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos.

iii) Baixa de ativos financeiros:

A BFRE realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pela BFRE estes não são baixados do balanço patrimonial.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos



ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:



i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.



10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



ANEXO II

Comentários sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481/09.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 12,6 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em R\$ Mil

Descrição	Valor	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Dividendos a pagar até 31.12.2018	3.219	4,49	4,49	4,49	4,49

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em R\$ Mil

Descrição	Valor	%
Lucro Líquido do Exercício de 2017	12.618	-
(-) Reserva Legal	(631)	-
Base de Cálculo	11.987	-
Dividendos a pagar provisionados	2.997	25,00%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores



Em R\$ Mil

Descrição	Valor R\$ mil	%
Lucros anteriores	937	-
(-) Reserva Legal	(47)	-
Base de Cálculo	890	-
Dividendos a pagar provisionados	222	25,00%

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou JCP, além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio



com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$ Mil

Classe ação	2017	2016	2015
ON	4.206	3.826	3.352
PN	8.412	7.652	6.705
Total	12.618	11.478	10.057

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$ Mil

Classe ação	2017	2016	2015
ON	1.073	909	796
PN	2.146	1.817	1.592
Total	3.219	2.726	2.388



8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 678 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do estatuto social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos será no mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.



d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor global de R\$ 2.146 mil.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor de R\$ 4,49 mil por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme item 9.a.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não Aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao



capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva



Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva estatutária foi de R\$ 9.658 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante transferido para a Reserva Estatutária consiste no Resultado do Período, descontado a Reserva Legal e provisão para pagamento de Dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.



16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.